

PODER

Pressão para instalar CPI do Banco Master

Senadores entram com mandado de segurança no STF para investigar as fraudes

» EDUARDA ESPOSITO
» ALÍCIA BERNARDES

Um grupo de senadores entrou, ontem, com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. Os parlamentares ressaltaram o fato de a instauração de colegiados ser prerrogativa da minoria.

Os senadores argumentaram que o requerimento de instalação da CPI foi apresentado em 26 de novembro, com assinaturas suficientes. Atualmente, a CPI conta com o apoio de 53 parlamentares, o que equivale a mais de 65% dos integrantes da Casa.

“A conduta omissiva, nesse contexto, configura violação direta ao dever constitucional de viabilizar o exercício de prerrogativa institucional das minorias parlamentares, não podendo ser justificada sob o argumento de organização interna dos trabalhos legislativos, sob pena de esvaziamento do comando expresso do art. 58, §3º, da Constituição Federal”, declararam no mandado.

O pedido é para que a Suprema Corte determine a adoção de providências que visem garantir a instalação imediata da comissão, como a leitura da solicitação no plenário do Senado. Assinam o mandado Eduardo Girão (Novo-CE), Alessandro Vieira (MDB-SE), Damares Alves (Republicanos-DF), Plínio Valério (PSDB-AM), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Esperião Amin (PP-SC).

Autor do pedido, Girão disse que ele e Vieira conversaram com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na terça-feira, em uma tentativa de fazer com que o chefe do Congresso lesse o requerimento na sessão. Contudo, não foram atendidos.

Apesar de sugerir a CPI, Girão defendeu que seja instalada uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), como proposta pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ). “É melhor para o Brasil que seja a CPMI, porque tem mais legitimidade. Senado e Câmara. É a maior fraude do sistema financeiro”, argumentou. Jordy também entrou com um mandado para a mesma finalidade, na semana retrasada, e o pedido continua em análise no STF.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Fachada do Master, em São Paulo: senadores tentam a instalação da CPI desde novembro passado

» Ex de Vorcara falta à sessão

A influenciadora Martha Graeff, ex-namorada do banqueiro Daniel Vorcara, faltou à audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, marcada para ontem. A ausência frustrou a expectativa de parlamentares, que pretendiam ouvi-la sobre sua relação com o empresário investigado no caso das fraudes do Master. Na segunda-feira, ela já não havia comparecido à oitiva na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) que investiga fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — não foi encontrada para receber a notificação.

Vorcara

Uma minuta de despacho do Tribunal de Contas da União (TCU), que sugeria ao Banco Central a suspensão de decisões relacionadas ao Master, foi encontrada entre arquivos extraídos do celular de Daniel Vorcara, dono do banco.

O documento não permite identificar autoria nem se chegou a ser encaminhado a terceiros. De acordo com informações publicadas pela jornalista Malu Gaspar, do jornal *O Globo*, o arquivo foi criado em 29 de agosto de 2025. A

ausência de assinatura e de registros de envio impede confirmar se o conteúdo foi efetivamente utilizado ou compartilhado em algum contexto institucional.

A defesa de Vorcara afirmou que não comentará “conteúdos que decorrem de vazamentos ilegais de material sigiloso”. O caso se insere em um cenário mais amplo de investigações envolvendo o Master e decisões de órgãos de controle e regulação.

À época da criação do documento, o Ministério Público Federal apurava a tentativa de aquisição

do banco pelo Banco de Brasília (BRB). Meses antes, o TCU havia negado a abertura de auditoria para investigar possíveis irregularidades na operação entre as instituições financeiras.

Em setembro de 2025, o Banco Central rejeitou a venda do Master, apontando riscos elevados na transação. Posteriormente, a autoridade monetária decretou a liquidação da instituição. Após essa decisão, o ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, solicitou esclarecimentos ao BC, mencionando possível precipitação na medida e determinando sigilo no processo.

A autoridade monetária recorreu, e foi acordada a realização de auditoria técnica, que não identificou irregularidades na atuação da autarquia. Ontem, Jhonatan de Jesus decidiu suspender a análise do caso no TCU, argumentando que investigações em andamento em outras instâncias podem trazer novos elementos e recomendam cautela antes de uma decisão de mérito.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Eduardo Leite tenta viabilizar candidatura de fora para dentro do PSD

O governador gaúcho Eduardo Leite intensificou suas articulações com setores da sociedade, como o movimento Livres da Polarização, encabeçado pelo sociólogo Augusto de Franco, que articula um manifesto em seu apoio, e na mídia, com o objetivo de viabilizar sua candidatura à Presidência no PSD de fora para dentro. Corre contra o relógio, para aproveitar um momento de inflexão da disputa presidencial, em que as pesquisas revelam uma mudança qualitativa no equilíbrio entre governo e oposição.

O levantamento AtlasIntel/Bloomberg, divulgado ontem, mostra que Luiz Inácio Lula da Silva aparece tecnicamente empatado com Flávio Bolsonaro no segundo turno, com 46,6% contra 47,6%, respectivamente, dentro da margem de erro de um ponto percentual. Esse dado ganha maior dimensão quando combinado com outros indicadores: 53,5% desaprovam o governo Lula, contra 45,9% que o aprovam, e 49,8% avaliam sua gestão como ruim ou péssima.

Trata-se de um quadro típico de “desgaste de material” às vésperas de uma eleição. Ao mesmo tempo, há uma inversão simbólica importante: 47% dos entrevistados afirmam confiar mais em Flávio Bolsonaro para administrar áreas-chave do governo, enquanto Lula registra 45%. Ou seja, começa a perder não apenas intenção de voto, mas atributos de confiança que sempre foram seu principal ativo eleitoral.

Esse ambiente de maior vulnerabilidade do governo e de ascensão da oposição cria uma janela política que Eduardo Leite tenta explorar. Sua aposta é ocupar o espaço de centro diante de uma polarização que mostra sinais de desgaste junto a setores da classe média e do empresariado. Em declarações recentes, o governador afirmou que “o PSD precisa ser, nesta eleição, o centro que está faltando”, “posicionado” com firmeza em temas como segurança pública e ajuste fiscal combinados à defesa de políticas sociais. Leite também avisou que só deixará o governo do Rio Grande do Sul para disputar a Presidência como cabeça de chapa, descartando qualquer composição para ser vice ou candidato ao Senado (a conferir).

Essa estratégia tem dois alvos simultâneos. O primeiro é o eleitorado, que Leite tenta convencer de que existe uma alternativa viável à polarização. O segundo é o próprio PSD, partido comandado por Gilberto Kassab, que ainda não definiu seu candidato. Ao dizer que Ronaldo Caiado busca um espaço ocupado, pois “já tem representante na direita”, o governador gaúcho procura desqualificar a candidatura do adversário interno, enquadrando-a como redundante diante da força do bolsonarismo.

A mensagem é direta: lançar Caiado seria disputar um eleitor já capturado por Flávio Bolsonaro, enquanto apostar em uma candidatura de centro poderia abrir um novo campo de votos. A disputa interna no PSD se dá num contexto de enfraquecimento da legenda. A desistência de Ratinho Júnior do processo interno evidenciou a dificuldade de consolidação de uma candidatura competitiva fora dos polos.

Centro imaginário

Tanto Caiado quanto Leite aparecem hoje com apenas 3% a 4% das intenções de voto, muito distantes dos líderes da corrida. Esse dado revela que, embora haja desgaste de Lula, isso não se traduz automaticamente no fortalecimento do centro, mas, sim, na reorganização da oposição em torno de um nome mais competitivo. É justamente contra esse movimento que Leite tenta se posicionar.

Sua estratégia de viabilização “de fora para dentro” consiste em usar a opinião pública como instrumento de pressão sobre o partido e criar uma percepção de viabilidade eleitoral que force o PSD a adotá-lo como candidato. Simultaneamente, Leite busca o apoio de sua antiga legenda, o PSDB, mais em direção aos segmentos sociais e personalidades que a legenda já representou, como os ligados ao ex-governador capixaba Paulo Hartung, hoje no PSD, do que em relação às lideranças tradicionais que permaneceram na legenda, como os ex-governadores Aécio Neves (MG) e Marconi Perillo (GO).

Isso é uma inversão da lógica tradicional, na qual o partido define o nome e depois o apresenta ao eleitorado. O governador gaúcho aposta no caminho inverso: primeiro conquistar espaço no debate público, depois consolidar apoio interno. Mas o tempo é curto. Leite também adota um discurso crítico em relação aos dois polos. Afirma que pretende apontar inconsistências nos legados de Lula e Bolsonaro, defende que autoridades — presidentes ou ministros do Supremo — que tenham cometido irregularidades sejam investigadas e punidas. Ou seja, tenta construir uma imagem de equilíbrio e firmeza institucional, atributos que julga capazes de atrair eleitores moderados, e agarrar com as duas mãos a bandeira da ética na política.

Sua estratégia depende de condições políticas difíceis de se materializar. Os mesmos dados que mostram o enfraquecimento de Lula também indicam a consolidação da polarização. A ascensão de Flávio Bolsonaro sugere que o eleitorado de direita não está migrando para alternativas moderadas, mas se concentra em torno de um candidato competitivo claramente de direita. Do lado da esquerda, apesar do desgaste, Lula mantém seu histórico e significativo núcleo de apoio, especialmente em regiões como o Nordeste, o que dificulta a emergência de uma terceira força. A aposta de Leite de alto risco: ocupar um espaço político que existe mais como potencial do que como realidade concreta, imaginário por causa da rejeição de Lula e de Flávio Bolsonaro.

Suspeita de fraudes contra a Caixa

» IAGO MAC CORD

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação Fallax, para desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes bancárias, estelionato e lavagem de dinheiro, que atingiram, principalmente, a Caixa Econômica Federal. O principal alvo foi o Grupo Fictor, uma holding multissetorial, tendo como figuras centrais o CEO e fundador, Rafael Góis, e o ex-sócio Luiz Philippe Gomes Rubini, ambos alvos de mandados de busca e apreensão na capital paulista.

As investigações apontam que o esquema causou um prejuízo superior a R\$ 500 milhões, afetando, também, instituições como Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Safra. Para estancar o fluxo financeiro do grupo, a Justiça Federal determinou o bloqueio de ativos até o limite de R\$ 47 milhões e autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal de 33 pessoas físicas e 172 empresas.

A operação mobilizou agentes para o cumprimento de 43 mandados de busca e apreensão e 21 de prisão preventiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, resultando na detenção de ao menos 14 pessoas, incluindo dois gerentes da Caixa e contadores.

O modus operandi da organização consistia na cooptação de funcionários de bancos, que

Divulgação/Grupo Fictor



Fundador do Grupo Fictor, Rafael Góis foi um dos alvos da PF

inseriam dados falsos nos sistemas para viabilizar saques e transferências indevidas, utilizando uma rede de empresas de fachada em nome de laranjas.

Segundo a PF, esses laranjas — alguns recebendo apenas R\$ 150 a R\$ 200 pelo uso do nome — eram parte de uma estrutura que forjava documentos contábeis, como Demonstrações do Resultado do Exercício (DREs) e Escriturações Contábeis Fiscais (ECFs), para simular

faturamento e obter empréstimos vultosos que nunca seriam quitados. Os recursos ilícitos eram convertidos em bens de luxo (incluindo 14 veículos apreendidos), criptoativos e joias, para dificultar o rastreamento.

O principal operador desse núcleo de fachada foi identificado como Thiago Branco de Azevedo, conhecido como Ralado, que segue foragido junto com a esposa e outros cinco investigados.

Comando Vermelho

Um dos pontos mais sensíveis da investigação é uma possível ligação do Grupo Fictor com a facção criminosa Comando Vermelho (CV). Segundo a PF, a cúpula do Fictor utilizava a rede de laranjas de Ralado para movimentar recursos ilícitos e lavar dinheiro para o “Bonde do Magrelo”, um braço do CV que atua no interior de São Paulo em disputa territorial com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Segundo a apuração, Góis e Rubini injetaram recursos para simular faturamento cruzado entre essas empresas, criando uma falsa aparência de saúde financeira para ocultar o capital vindo do tráfico de drogas.

Em nota, a Caixa Econômica afirmou que a operação é fruto de sua colaboração ativa com as autoridades e que seus mecanismos de monitoramento reportaram os indícios suspeitos.

Em defesa, os advogados de Rafael Góis informaram que “apenas o seu celular foi apreendido” e que “tão logo a defesa tenha acesso ao conteúdo da investigação, serão prestados os esclarecimentos necessários para elucidar os fatos”. A defesa de Luiz Rubini, que deixou a sociedade no fim de 2024, afirmou que o executivo “não teve conhecimento prévio do processo e se manifestará oportunamente”.